



ADUFRGS PRESENTE

na luta em defesa dos direitos trabalhistas,
da valorização dos docentes e da Educação





Sindicato Intermunicipal dos Professores de Instituições Federais de Ensino Superior do Rio Grande do Sul

Ufrgs | Ufrgs Litoral Norte | Ufcspa | Ufcspa Canoas | IFRS Porto Alegre
IFRS Restinga | IFRS Alvorada | IFRS Bento Gonçalves | IFRS Canoas
IFRS Caxias do Sul | IFRS Osório | IFRS Viamão | IFRS Farroupilha
IFRS Feliz | IFSul Charqueadas | IFSul Sapucaia do Sul

Presidente - Maria Luiza Ambros von Holleben

1º Vice-Presidente - Lúcio Olímpio de Carvalho Vieira

2º Vice-Presidente - Marilda da Cruz Fernandes

1º Secretário - Ricardo Francalacci Savaris

2º Secretário - Paulo Machado Mors

3º Secretário - Luciano Casagrande

1º Tesoureiro - Vanderlei Carraro

2º Tesoureiro - Edson Lindner

3º Tesoureiro - Gloria Isabel Sattamini Ferreira

Rua Otávio Corrêa, 45

Rua Barão do Amazonas, 1581

Porto Alegre | RS

CEP 90050-120 - Fone|Fax: (51) 3228.1188

secretaria@adufrgs.org.br

www.facebook.com/adufrgssindical

www.adufrgs.org.br

Índice



Entrevista

Cláudir Nespolo

Presidente da CUT-RS conclama docentes das IFES a marcharem ao lado da entidade em defesa dos direitos dos trabalhadores.

04

Acordo Salarial

Projeto de lei que aumenta salário dos professores federais é aprovado na Câmara.

09

Ufrgs no Litoral

Após dois anos de atividades, campus gera impacto positivo na região.

14

Jurídico

Até o julgamento do caso, docentes não precisam devolver valores da URP.

19

Vida no Campus

Ufrgs oferece curso de cultivo de plantas frutíferas em pequenos espaços.

21

IFRS Campus Osório

Pesquisa transforma resíduos do Açaí em farinha e carvão ativado para filtragem de água.

27

Artigo

A grande imprensa e a desestabilização da política: ontem e hoje.

Professor Charles Sidarta Machado Domingos

32



Adverso, Porto Alegre, n.220, maio/jun. 2016

Tiragem: 3.800 exemplares

Impresso na Ideograf

Conselho Consultivo

Gloria Ferreira - Fabico/Ufrgs

Lúcio Vieira - IFRS Campus Poa

Paulo Machado Mors - Instituto de Física/ Ufrgs

Editora: Zaira Machado

Reportagens: Adriana Lampert, Araldo Neto e Maricélia Pinheiro

Revisão: Taís Vicari

Projeto Gráfico e Diagramação: Edu Furasté

Produção:



VERDEPERTO

(51) 3228 8369

Navegando em mar de tubarões

Quando você estiver lendo esta edição da Adverso, os filiados da ADUFRGS-Sindical, agora Sindicato Intermunicipal dos Professores de Instituições Federais de Ensino Superior do Rio Grande do Sul, já terão escolhido a nova direção do Sindicato, para um mandato de três anos.

Independentemente do resultado, o que se antecipa é o imenso desafio de garantir, em todas as instâncias, a mais ampla democracia no debate das ideias e a máxima unidade na implementação das estratégias aprovadas pela categoria. Em uma conjuntura de extrema polarização, em que as instituições sofrem uma crise de credibilidade sem precedentes e o futuro é matéria insólita para a maioria dos brasileiros, a construção de consensos parece uma missão intangível.

É neste terreno de incertezas e paixões exacerbadas que a direção eleita da ADUFRGS-Sindical terá que caminhar e construir, junto com os docentes, as melhores alternativas, os meios mais eficazes, de unificar a luta em defesa da educação, da valorização dos professores e das conquistas históricas da classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, terá que investir esforços para consolidar a histórica decisão dos professores de ampliar a base do Sindicato para mais onze municípios.

Qualquer ataque ao estado democrático de direito exige a urgente manifestação da sociedade. Nós, professores, estudantes e técnicos devemos somar nossas forças à daqueles que repudiam qualquer forma de retrocesso nas conquistas sociais.

A ADUFRGS-Sindical nunca aceitou, não aceita e não aceitará nenhum retrocesso em importantes conquistas já alcançadas pela sociedade brasileira como a diminuição dos recursos para políticas sociais, com a redução das áreas sociais do governo e dos investimentos em Educação, Ciência e Tecnologia. ■

Adufrgs-Sindical, o seu Sindicato

Claudir Nespolo – Presidente da CUT/RS

“PLC 257 é um ataque ao serviço público”

Nespolo conclama professores das IFES a marcharem ao lado da CUT em defesa dos direitos dos trabalhadores do setor público e do setor privado.

Por Adriana Lampert

Foto: Sul21



Sob o pretexto de promover uma reestruturação fiscal “duradoura e sustentável”, e de dialogar com as demandas dos governos estaduais, o Projeto de Lei Complementar 257/2016 sinaliza para o mercado com medidas de contenção de custos, que vão do arrocho salarial dos servidores públicos à privatização de empresas estatais, implícita na possibilidade da União aceitar ativos pertencentes aos Estados (empresas públicas e participações acionárias majoritárias) para futura alienação. O alerta é feito pelo presidente da Central Única dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul (CUT/RS), Cláudir Nespolo.

Militante dos movimentos sociais desde 1977, Nespolo foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre, diretor da Federação dos Metalúrgicos do Rio Grande do Sul e, desde 2012,

ocupa a presidência da CUT/RS. Em entrevista à Adverso, ele destacou que a união da classe trabalhadora é “vital” para enfrentar a onda conservadora, que se alastrou na sociedade e no Congresso Nacional, e disse que a agenda estratégica da CUT, hoje, é defender todos os trabalhadores do setor público e do setor privado.

O primeiro passo, na avaliação de Nespolo, é sensibilizar as entidades sindicais para a necessidade de esclarecer aos trabalhadores o caráter destrutivo do PLC 257/16. “Precisamos aprimorar a comunicação com a sociedade, porque a grande mídia não irá fazer isso.” Segundo Nespolo, uma das grandes expectativas da CUT é ter os professores da Ufrgs, Ufcspa e IFRS marchando junto com os demais trabalhadores nesta agenda de mobilização.

Adverso – Como a CUT recebeu a notícia do PLC 257/16 de autoria do Poder Executivo?

Cláudir Nespolo – No mesmo dia (22 de março) em que este projeto foi protocolado, a CUT divulgou um manifesto fazendo uma crítica profunda ao ajuste fiscal, que, para nós, representa um grande ataque ao serviço público, na medida em que autoriza os estados, as prefeituras e a União a modificar, substancialmente, a forma de contratar e organizar o serviço público.

Adverso – Quais foram as principais ações da CUT no sentido de questionar este projeto junto ao governo?

Cláudir Nespolo – Nós fizemos um documento e passamos a articular ações conjuntas com as entidades ligadas ao serviço público. Fomos ativos na construção da Frente Parlamentar em Defesa dos Servidores Públicos, que inclui

Não temos nada contra alongar o prazo de pagamento, desde que sejam retiradas as condicionantes que formam a “caixinha de maldades” para o serviço público.

vários sindicatos e federações, além da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef) e do Sindicato dos Servidores Federais (Sindiserf). A ideia é intensificar o debate sobre o projeto e as ações em defesa dos servidores.

Adverso – O Projeto chegou a

tramitar em regime de urgência no plenário da Câmara dos Deputados. Há algum fato que justifique esta condição?

Cláudir Nespolo – Na nossa avaliação, o governo Dilma sucumbiu às pressões e quis sinalizar para o mercado - que andava azedo e exigindo atitudes - que os estados e municípios continuariam pagando suas dívidas. Fez isso, alongando o prazo de parcelamento das dívidas, mas exigia, em troca, medidas de contenção de custos. E é aí que está o problema. Não temos nada contra alongar o prazo de pagamento, desde que sejam retiradas as condicionantes que formam a “caixinha de maldades” para o serviço público. Naquele momento, o governo acenou positivamente para o desmembramento do projeto, o que significava que as condicionantes não tramitariam mais em regime de urgência. Mas, no meio do caminho, o golpe que afastou a presidente Dilma Rousseff

Renata Machado (CUT-RS)



A CUT não vai negociar com o governo Temer, porque ele não tem legitimidade, e a sua plataforma é de profundo ataque aos direitos públicos e de toda a classe trabalhadora.

do cargo por 180 dias pôs fim ao diálogo, uma vez que, para o governo golpista, este é o projeto dos sonhos, e deve ser encaminhado urgentemente para votação.

Adverso – Antes do presidente interino assumir existia a possibilidade de reverter medidas que ferem os direitos dos servidores?

Claudir Nespolo – Sim, a sinalização era de que o projeto do alongamento de prazo para pagamento das dívidas seria encaminhado de forma urgente, mas as condicionantes seriam revisadas, a partir de um amplo debate. Mas, como já falei, isso foi interrompido por ocasião do golpe.

Adverso – Depois disso, a CUT procurou o governo interino?

Claudir Nespolo – A CUT não vai negociar com o governo Temer, porque ele não tem legitimidade, e a sua plataforma é de profundo ataque aos direitos dos servidores públicos e de toda a classe trabalhadora.

Qualquer mesa de diálogo com este governo não tem como base a boa fé. Não há chances de se resolver conflitos com um governo ilegítimo, que propõe em seu programa Uma Ponte para o Futuro o enxugamento de serviços e de políticas públicas como soluções para a crise. Decidimos que o debate deverá ser travado dentro do Congresso Nacional. Nossa estratégia será pressionar os deputados e denunciar quem for a favor deste PLC. Para isso, estamos com uma força tarefa atuando permanentemente em Brasília, avaliando todas as medidas que o governo ilegítimo do Temer tem encaminhado. Neste pacote, entram os temas da Previdência (INSS), do negociado sobre o legislado (que é a tentativa neoliberal de eliminar a proteção das normas fundamentais trabalhistas), além do PLC 257 e de outros projetos. As ações da Comissão de Mobilização Permanente estão sob a coordenação da secretaria de Relações de Trabalho

da CUT, Graça Costa. Esta Frente foi instalada ainda no governo Dilma, e continua atuando junto às bancadas e fazendo a denúncia na base dos deputados que se posicionam contra os direitos dos trabalhadores.

Adverso – O senhor pode elencar os principais problemas do PLC 257 no que se refere aos direitos dos trabalhadores?

Claudir Nespolo – Este projeto é um guarda-chuva, que permite a terceirização dos serviços públicos em todos os níveis, inclusive na academia. Aumentando a terceirização, também aumenta a precarização das relações de trabalho. E o que é pior: desvincula o serviço público do servidor público, o que sugere uma descontinuidade, na medida em que, na troca de governos, não existirá garantia de estabilidade, de permanência dos servidores. O PLC 257 é maléfico, porque vai gerar

um atraso civilizatório nas relações de trabalho e de eficiência do serviço público, prejudicando quem mais precisa: a população mais simples e humilde, que terá um serviço público de pior qualidade. Acreditamos que a presidente Dilma se equivocou, tentando mandar sinal para o mercado de que diminuiria o custo da máquina pública com este projeto.

Adverso – E acabou caindo “como uma luva” para o governo Temer...

Claudir Nespolo – Sim, fechou bem certinho com o programa Uma Ponte para o Futuro, que defende a precarização e a transferência de parte destes serviços para a iniciativa privada, ampliando oportunidades de lucro para o setor privado.

Adverso – Os estados alegam que a dívida já foi paga várias vezes, mas que, devido à aplicação de juros sobre juros, estes débitos se multiplicaram. Qual a posição da CUT sobre este tema?

Claudir Nespolo – A dívida do Rio Grande do Sul com a União foi muito mal negociada. Na época em que o Antônio Britto era governador e o Fernando Henrique Cardoso era presidente da República foi criado um critério de pagamento com juro composto (juros sobre juros), que é o pior que existe. O resultado é que, depois de anos pagando, o montante devido continua praticamente igual ao que foi contratado... Foi um acordo muito

As instituições da Rede Federal trabalham hoje para atender os diferentes setores da economia, mas com o olhar focado na formação dos cidadãos do amanhã.

irresponsável, que transformou as dívidas em um dreno da produtividade. Os recursos públicos vão para o “urgentismo”, um setor do capitalismo que não produz nada, e que apenas detém papéis do Tesouro, como os banqueiros e investidores. Por isso, o que propomos é uma auditoria de todas as dívidas, a federal e as estaduais, para verificar quanto deste valor cobrado é legítimo e quanto já foi pago, para depois corrigi-la de forma civilizada. Isso também demonstraria que não é preciso sacrificar a qualidade dos serviços públicos e seus trabalhadores.

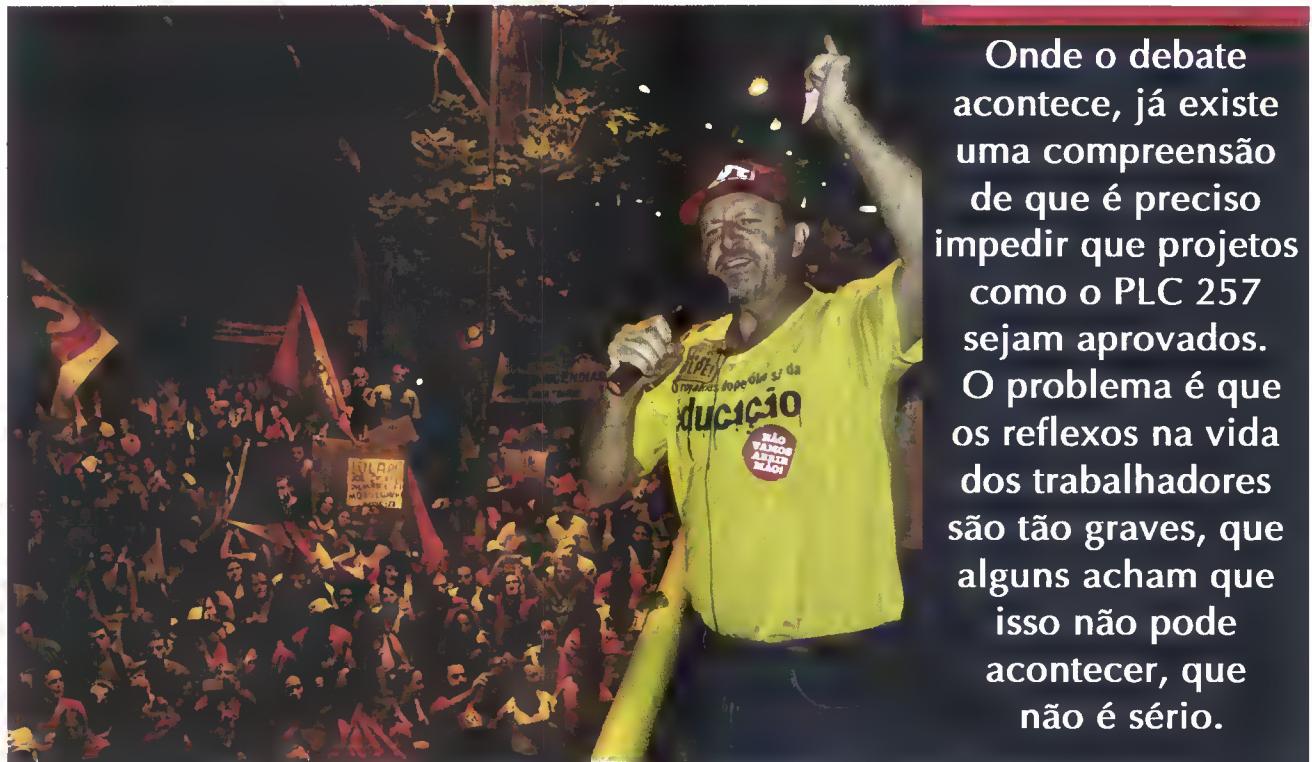
Adverso – Na tua opinião, os servidores têm consciência do que o PLC 257 significa e estão mobilizados para barrar sua aprovação no Congresso?

Claudir Nespolo – A CUT tem pedido, insistente, que os sindicatos informem às categorias o conteúdo dos projetos que

estão tramitando no Congresso. Onde o debate acontece, já existe uma compreensão de que é preciso impedir que projetos como o PLC 257 sejam aprovados. O problema é que os reflexos na vida dos trabalhadores são tão graves, que alguns acham que isso não pode acontecer, que não é sério. O risco é ainda maior quando percebemos que a grande mídia não tem interesse em esclarecer a sociedade. No que se refere à terceirização, por exemplo, eles nunca esconderam que gostariam de contratar profissionais como prestadores de serviço, representados por pessoa jurídica, sem carteira assinada. Então, eles nunca divulgarão os riscos deste PLC. Compete à CUT e aos sindicatos mostrar os riscos que estamos correndo e mobilizar a sociedade para a luta. Somente com luta, teremos alguma chance de reverter o retrocesso que se avizinha.

Adverso – Quais os principais riscos do PLC 257 para os professores universitários e demais servidores federais?

Nespolo – Para os docentes de universidades públicas há três ameaças eminentes: a não concessão de reajuste, ou seja, o congelamento salarial; a ampliação das terceirizações, por meio da contratação de prestadores, inclusive com foco na atividade fim, que é dar aula; e o acesso à Previdência, que está toda sob questionamento. Com o programa Ponte para o Futuro e os projetos que o Temer começa a encaminhar, os trabalhadores da



Onde o debate acontece, já existe uma compreensão de que é preciso impedir que projetos como o PLC 257 sejam aprovados. O problema é que os reflexos na vida dos trabalhadores são tão graves, que alguns acham que isso não pode acontecer, que não é sério.

iniciativa privada já vivem a ameaça de criação da idade mínima para aposentadoria, fim da política de valorização do salário mínimo e a desvinculação do salário mínimo das aposentadorias e instituição de um salário mínimo de referência para o INSS. Esta última medida atinge 70% dos trabalhadores aposentados, que recebem até um salário mínimo nacional. Portanto, o conjunto da obra mostra que este governo pretende passar para os trabalhadores o custo do ajuste fiscal e da crise econômica. E por que chegamos a esta conclusão? Porque, como mostram as últimas gravações vazadas, existe um grande movimento para barrar as investigações de sonegação e de corrupção. Tudo isso é muito grave! O atual governo não tem nenhuma intenção de permitir que a sonegação e a

corrupção continuem sendo combatidas. Pelo contrário, tudo indica que ele quer reduzir a vigilância nessa área, porque boa parte dos golpistas está envolvida em algum tipo de corrupção.

Adverso – Dentro do “pacote” está, também, o Plano de Desligamento Voluntário (PDV), uma prática que nunca foi benéfica para os trabalhadores.

Claudir Nespolo – Além do PDV, está prevista a incorporação de empresas, que para a privatização, é um caminho típico do pensamento dos golpistas. Outro aspecto fundamental é a suspensão dos concursos e o congelamento de concursos já realizados, para que não sejam feitas novas contratações. É uma obra complicada, grande, e o ataque é tão sério que tem muita gente

achando que não pode acontecer. O que está em curso, no Brasil, é uma revisão do pacto constitucional de 1988. Os golpistas não escondem que acham que “há muitos direitos” na Constituição e, hoje, eles têm votos suficientes para levar a cabo o seu projeto...

Adverso – De que forma a privatização dos serviços pode prejudicar a sociedade?

Claudir Nespolo – Principalmente, porque cria um terreno fértil para a corrupção. Veja o que aconteceu com o Detran, aqui no Estado, só para dar um exemplo. Mas, no geral, é uma agenda muito ruim, que envolve muitos interesses, com tendência deste “descomprometimento” do Estado chegar, inclusive, nas universidades. Ninguém está livre deste ataque. ■

Depois de seis meses parado, PL é aprovado na Câmara a toque de caixa

Por Araldo Neto

Depois de seis meses aguardando votação, finalmente a Câmara dos Deputados aprovou, em 31 de maio, o PL-4251/2015 que reestrutura salários e carreiras dos docentes federais. O acordo havia sido firmado pelo PROIFES-Federação com o Governo no fim do ano passado. O texto foi aprovado na sua versão original, sem emendas. O Projeto de Lei, que estava parado desde dezembro, foi votado em toque de caixa, procedimento que mostra a forma pouco transparente e democrática do trabalho parlamentar. Até uma semana antes da votação, nem o relator havia sido nomeado, o que impedia que as entidades de servidores negociassem aprimoramentos no projeto, como defendia o PROIFES.

Todos os PLs dos acordos foram aprovados às pressas, por decisão política do governo interino, em uma clara manobra para melhorar o “ambiente político”. Com isso, o Projeto de Lei teve uma tramitação rápida, em um só dia, passando sem nenhuma discussão em seis comissões e no plenário, o que impediu qualquer possibilidade de melhoria no texto. Agora, a matéria vai para o Senado e, provavelmente, será aprovada com a mesma urgência. O PROIFES afasta a possibilidade de apresentar propostas de emendas neste estágio, porque isso implicaria em uma nova apreciação pela Câmara, inviabilizando o pagamento da primeira parcela de reajuste, em agosto. A entidade defende que o projeto seja votado e aprovado imediatamente, e sancionado na íntegra pelo Executivo, respeitando que foi

negociado em 2015: duas parcelas de reajustes em agosto de 2016 (5,5%) e em janeiro de 2017 (5%) e mais três etapas de reestruturação das carreiras, em agosto de 2017, 2018 e 2019.

O PROIFES ainda aguarda a assinatura do decreto que isenta os professores do EBTT do controle de frequência, medida acordada com o Governo Dilma, e a continuidade do processo de discussão nos grupos de trabalhos, que estava ocorrendo no MEC. “Continuaremos lutando por estes pontos, pela defesa do Plano Nacional de Educação e pelo Estado Democrático de Direito”, posiciona-se a entidade. ■



Professores pedem a volta do MCTI



Centenas de professores, técnico-administrativos e estudantes da Ufrgs, da UFCSPA e do IFRS/Porto Alegre realizaram, no dia 7 de junho, um grande "abraço" ao prédio da Reitoria, em protesto contra a extinção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), que foi incorporado ao Ministério das Comunicações pelo governo interino de Michel Temer. A manifestação reuniu dezenas de manifestantes que, de mãos dadas, circundaram a Reitoria, a Faculdade de Educação, a Faculdade de Arquitetura e o Museu da Universidade deixando clara a preocupação dos docentes com o futuro da educação, da ciência e tecnologia no Brasil.



Adufrgs segue mobilizada pela manutenção das conquistas sociais

Por Araldo Neto

Em Assembleia Geral realizada no dia 3 de junho, na Fabico/Ufrgs, os professores filiados à ADUFRGS-Sindical decidiram que o Sindicato deve participar de uma forma mais efetiva dos movimentos em defesa do Estado Democrático de Direito, da manutenção de conquistas sociais e contra a corrupção, porém sem ferir os princípios de respeito à pluralidade de posições da comunidade que representa. A posição resultou em um manifesto sobre o quadro político atual e com propostas de ações, visando preservar as conquistas da sociedade, em especial no campo da Educação Pública.

O manifesto também inclui as questões referentes ao Ministério da Previdência e ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Sobre a reforma da Previdência, proposta pelo governo interino, a ADUFRGS-Sindical considera uma ameaça aos trabalhadores, especialmente quando retira a previdência social do âmbito do Ministério do Trabalho e a transfere para o Ministério da Fazenda. O sindicato avalia que, tal medida, dá corpo à ideia de que a previdência perdeu o status de política social, passando a ser considerada como despesa a ser mediada pelas

políticas econômicas, estranhas à própria concepção de previdência. "Tais disparates podem sugerir que o próximo passo venha a ser a sua extinção, no atual formato, e, na sequência, sua transformação em mais um negócio a ser explorado por instituições financeiras, que têm como objetivo os ganhos de capital", questiona a direção da ADUFRGS, em nota.

Outra medida polêmica protagonizada pelo Governo interino, que afeta diretamente a Educação, foi o rebaixamento do status da Ciência e Tecnologia como Ministério. Fundido com o Ministério das Comunicações, ele perde sua importância estratégica. Na visão da ADUFRGS, a fusão fragiliza um dos principais suportes políticos para a construção de soberania tecnológica e científica, pressuposto dos mais importantes para o crescimento sustentável e emancipador do Brasil e de sua população. "A redução de ministérios não é por si uma medida negativa. A questão são as opções para esta redução, que balizam a direção e prioridades deste governo de transição. Em lugar de reforçar as bases fundantes do desenvolvimento da sociedade, que são a educação e a ciência e tecnologia, fragilizam-nas. Em lugar de reforçar os direitos dos cidadãos à saúde, à educação e à previdência, para o quê todos contribuem, os mantém sob ameaça", critica o Sindicato. Nesse sentido, a ADUFRGS apoia o movimento "Volta MCTI", lançado nacionalmente pela Academia Brasileira de Ciências (ABC) e coordenado, no Rio Grande do Sul, pela professora Márcia Barbosa, diretora do Instituto de Física da UFRGS. ■



VENHA PARA O LADO CONSCIENTE DA FORÇA



Desde o lançamento do primeiro filme Guerra nas Estrelas .(Star War), em 1977, a saga criada pelo cineasta George Lucas arrebata fãs no mundo inteiro. Quem não se identifica com o pequeno grupo de rebeldes em sua luta contra o poderoso Império do Mal? Inspirados em mitos de diferentes povos, os personagens desta odíssieia intergaláctica conquistaram seguidores de todas as idades.



Campanha destaca as vantagens de ser sindicalizado

É esta história de luta incansável por um mundo melhor, que inspirou a nossa Campanha de Sindicalização, no momento em que os docentes associados da ADUFRGS tomam a decisão histórica de ampliar a base territorial do Sindicato para mais onze municípios gaúchos. Na figura simbólica do mestre Yoda, representante supremo da sabedoria jedi, os professores das novas instituições e os não sindicalizados da Ufrgs, Ufcspa e IFRS Porto Alegre, IFRS Restinga, Ufrgs Litoral Norte, Ufcspa Canoas, IFRS Alvorada, IFRS Bento Gonçalves, IFRS Canoas, IFRS Caxias do Sul, IFRS Osório, IFRS Viamão, IFRS Farroupilha, IFRS Feliz, IFSul Charqueadas e IFSul Sapucaia do Sul são chamados a aderir ao lado consciente da força.

Em materiais impressos e digitais, a Campanha explica aos docentes das IFES as vantagens de ser sindicalizado, destacando o que a Adufrgs oferece aos seus filiados, além de atuar na defesa dos direitos da categoria.



MOBILIZAÇÃO E NEGOCIAÇÃO

O Novo Movimento Docente consolidou-se em 2008 a partir da assinatura do Termo de Acordo com o governo federal, que garantiu:

- reajustes nos três anos seguintes,
- pagamento integral de gratificações para os aposentados,
- paridade entre ativos e aposentados, e
- criação da Carreira dos Professores do Ensino Básico Técnico e Tecnológico (EBTT) e equiparação com a Carreira do Magistério Superior.

Seguiu-se um período de forte expansão do movimento, culminando na negociação que garantiu a reestruturação das carreiras de Magistério Superior (MS) e EBTT, em 2012, com a introdução da atual tabela salarial e a garantia de reajustes em março de 2013, 2014 e 2015.

Hoje, o sindicado defende uma reorganização da malha salarial, com índices definidos entre níveis e classes, regimes de trabalho e titulação. Além de reajuste acima da inflação.

A Adufrgs-Sindical se destaca por sua postura atuante na política sindical em nível nacional, pela liderança, força e capacidade de mobilização. Hoje o sindicato possui aproximadamente 4 mil professores filiados e é o maior sindicato de professores federais do Brasil.



Democratização das IFES

Nossa luta também é pela democratização das IFES, pela garantia da participação dos professores e da comunidade nos diferentes conselhos e comissões e na busca da autonomia das universidades e institutos federais.

Democracia sindical

Todo professor filiado tem direito de livremente se expressar, defender seu ponto de vista sem ser pressionado. As principais decisões da categoria são tomadas em Assembleia Geral e definidas por votação eletrônica.

O Conselho de Representantes é formado por professores de todas as unidades e instituições, de forma a garantir a interlocução entre os professores e o seu Sindicato.

Assessoria Jurídica

Oferecido exclusivamente aos filiados, envolve encaminhamentos de ações coletivas, medidas judiciais e orientações. As consultas são gratuitas.

Nas questões que envolvem ações individuais ou grupos que impliquem em honorários, estes são ajustados caso a caso, a partir de uma tabela onde estão previstos descontos e condições especiais.

1978



- luta pela democratização do País e da Universidade, nasce a Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Adufrgs.

2008

- integrada ao Novo Movimento Docente, buscava o fortalecimento e a democratização do movimento sindical, se transforma em Adufrgs-Sindical, Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior de Porto Alegre.

2011

- conquista do Registro Sindical, consolidando-se como representante legítimo e legal dos professores da Ufrgs, da Ufcspa e do IFRS (campus Porto Alegre e campus Restinga).

2013

- criação e participação no Proifes-Federação, entidade nacional que fortalece os sindicatos e associações no Brasil.

2015



- ampliação da base territorial para mais 11 cidades é aprovada, em assembleia com professores filiados e não filiados, por ampla maioria.

Ufrgs tem impacto positivo na região após dois anos de atividade

Por Araldo Neto



O litoral gaúcho é conhecido pelos "bons ventos". Não é à toa, que o maior Parque Eólico da América Latina está localizado na região. O vento que gera energia também está soprando a favor do crescimento do Campus Litoral Norte da Ufrgs, o primeiro da Universidade construído fora de Porto Alegre. Há quase dois anos em atividade, com uma procura crescente por vagas e novas demandas estruturais, o funcionamento do Campus também tem impactos na economia da região. O ramo imobiliário é particularmente beneficiado pelo aumento da procura por imóveis de aluguel por alunos oriundos de outros municípios. "O céu é o limite aqui no Campus e, de vento em popa, seguiremos em frente", comemora a diretora Dalva Padilha.

Na avaliação da gestora, o Campus está na fase de efetivar suas conquistas para poder avançar. Mesmo dentro de um pequeno universo, Dalva destaca que a estrutura propicia toda a condição dos docentes e alunos desempenharem uma boa atividade. "Penso que em dois anos nós fizemos muito em termos de investimento e em qualidade de investimento. Precisamos efetivar essas conquistas para seguir avançando", afirma. Atualmente, a unidade conta com oito prédios horizontais, com salas de aula, sala de professores, biblioteca e laboratórios. No entanto, já há necessidade de aumento da infraestrutura, especialmente de sala de aulas e laboratórios, para atender os cerca de 250 alunos. Para a segunda etapa, a expectativa é que seja construída mais de 10 mil metros quadrados de área, para sediar a prefeitura universitária, ampliar as dependências da biblioteca e do refeitório e construir mais um pavilhão para laboratório de pesquisa e pós-graduação.



Dalva Padilha: efetivar conquistas para poder avançar

A principal necessidade de expansão é para atender o curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, modalidade inédita na Ufrgs. A primeira turma se forma no primeiro semestre de 2017, quando os estudantes poderão optar por uma das quatro terminalidades oferecidas pelo Campus: Engenharia de Gestão Energética, Engenharia de Serviços, Licenciatura em Geografia ou Bacharelado em Desenvolvimento Regional. A projeção é que, então, o número de alunos salte para 1,5 mil, somente na graduação. Isso significa que, em três anos, o estudante irá formar na área de Ciência e Tecnologia e, em mais dois anos de estudos, poderá concluir outra graduação. "Assim, em cinco anos e meio terá dois diplomas de nível superior da Ufrgs, o que não é pouca coisa", avalia a diretora. Por ser novo, o curso ainda suscita dúvidas, mas, segundo ela, abre oportunidades de trabalho em diversas áreas. "Nós temos certeza que nossos bacharéis em Ciências e Tecnologia terão capacidade de atuar em qualquer lugar do mundo dentro da sua área de formação", garante.

Campus Litoral Norte

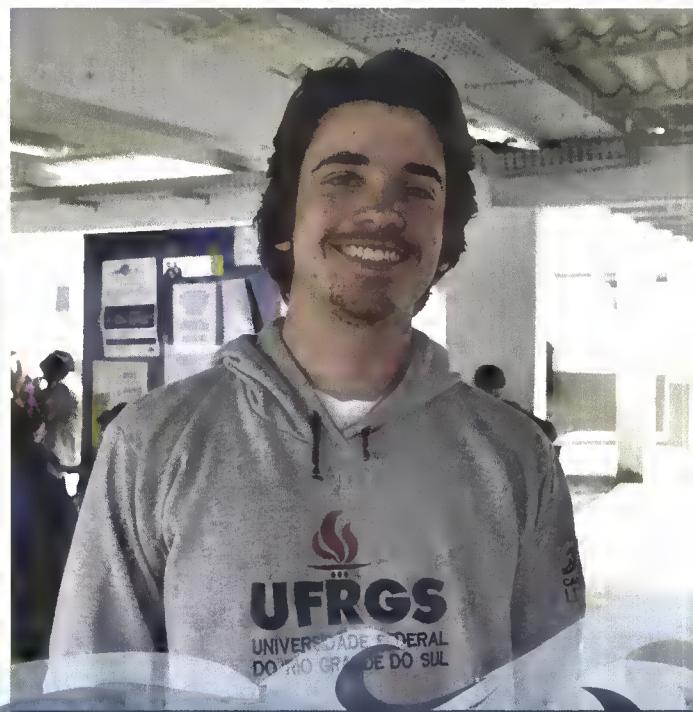
O Campus Litoral Norte oferece também o curso de Educação do Campo, que tem por objetivo a formação de professores Licenciados em Ciências da Natureza, que já atuam ou que irão atuar nas escolas do/no campo. O professor Jairo Bolter acredita que o impacto do curso será percebido consideravelmente em um prazo de cinco anos, quando os alunos estiverem colocando em prática os ensinamentos adquiridos na Universidade. “É um curso que transcende a educação, pois integra diversas áreas de conhecimento, como ciências agrárias, ciências sociais, ciências biológicas, química e física. Formaremos um profissional multidisciplinar”, explica. O curso visa atender pescadores, ribeirinhos, quilombolas, indígenas e produtores rurais da região, entre outros. De acordo com o professor Jairo, estudos mostram que é baixa a sucessão nas famílias do Campo. “Grande parte dos jovens não querem mais seguir trabalhando no Campo. Era normal a profissão seguir de pai para filho e hoje não é mais”, justifica. Na sua visão, o jovem acaba abandonando o meio rural para se sentir valorizado. Bolter garante que os alunos do curso de Educação do Campo estão sendo capacitados para dar aulas, tentando, sempre, conectar os conceitos e a

aprendizagem com a dinâmica de vida dos alunos e das comunidades. “O objetivo é fazer com que as pessoas se sintam e sejam valorizadas no seu entorno.” Atualmente, o curso conta com aproximadamente 60 alunos.

Outro dado observado é que o Campus Litoral Norte ameniza o êxodo de estudantes para outras regiões universitárias. É o caso do Gabriel Viana, de 21 anos. Ele conta que, antes de saber da existência de uma unidade da UFRGS na região, chegou a estudar em Pelotas. Agora, diariamente, Gabriel faz o percurso de 40 quilômetros entre o Campus e o Balneário Pinhal, onde reside. “Se não fosse isso, eu teria que tentar a vida em outro lugar. É muito bom poder estudar aqui e continuar morando em um lugar que eu gosto, com a tranquilidade da praia, onde eu me criei”, confessa. A procura por vagas aumentou em 100% neste semestre, mas o Campus ainda não consegue preencher todas as vagas no vestibular. Ao contrário do Gabriel, muitos jovens desconhecem a existência da UFRGS na região e outros questionam o aproveitamento dos cursos oferecidos para o seu futuro profissional. O professor Jairo Bolter afirma que os cursos oferecidos, por serem inovadores, ainda



Jairo Bolter: é baixa a sucessão nas famílias do campo.



Gabriel Viana: Com a presença da Ufrgs, não precisa deixar a região para estudar.



Ufrgs Campus Litoral Norte: procura por vagas aumentou 100% no último semestre.

causam “angústia” da comunidade, o que, na avaliação dele, também se deve ao fato da relação entre sociedade e universidade ainda ser “tímida” em termos de diálogo e de debate. “A gente percebe certo desconhecimento do Campus por parte das comunidades do litoral. Normalmente, quando se fala da UFRGS, as pessoas lembram do Ceclimar”, constata. Segundo ele, é fundamental haver uma conexão entre a expansão da Universidade e os interesses da sociedade. “Acho que é um papel central da UFRGS no próximo período”, opina.

Localizado às margens da RS-030, estrada que liga Osório a Tramandaí, o Campus Litoral Norte da Ufrgs já apresenta reflexos na economia. No ramo imobiliário, por exemplo, houve crescimento no aluguel de imóveis para o ano inteiro, o que não era comum antes da UFRGS ficar bandeira na região. O corretor de imóveis, Mateus Figueiredo, afirma que essa modalidade de contrato tem se sobressaído com relação às vendas. Segundo ele, os estudantes têm optado por alugar imóveis mais centralizados em Tramandaí, mesmo ficando distante do Campus. Recentemente, o corretor alugou um imóvel a uma estudante vinda de São Paulo, que também optou pelo centro da cidade,



Mateus Figueiredo: aumentou o número de aluguéis.

próximo de uma parada de ônibus, para facilitar o deslocamento. A diretora do Campus Litoral Norte é bastante otimista com relação ao impacto que a UFRGS irá trazer à região, nos próximos anos. “O Campus terá um papel cada vez mais significativo e mais visível dentro da comunidade. Nós vamos fazer diferença na estrutura sócio-econômica e ambiental da região”, garante Dalva. ■

Carta dos professores do IFSul/Sapucaia agradece acolhida

Professores do Instituto Federal Sul Rio-Grandense (IF Sul), Campus Sapucaia, agradecem acolhida que tiveram na ADUFRGS-Sindical. Leia a carta na íntegra:

"Prezados Senhores,

Estamos muito honrados em termos sido acolhidos por este grande Sindicato de professores que ora começa a congregar professores federais dos demais municípios do Estado do Rio Grande do Sul, além de sua Capital, Porto Alegre.

Gostaríamos, inicialmente, de tecer comentários sobre as origens dos Institutos Federais. Em 1909, o então Presidente da República, Nilo Peçanha, criou as escolas de Artesãos e Artífices. Estas escolas foram o embrião desta rede de escolas nacional que são os Institutos Federais de Educação Tecnológica.

Ao longo de sua história, a rede federal de ensino profissional e tecnológico sofreu diversas transformações até chegar ao modelo atual, oferecendo cursos de formação inicial e continuada, cursos técnicos de nível médio, cursos de graduação e cursos de pós-graduação.

Esta rede que, até cerca de 15 anos atrás, possuía 140 campi, hoje possui mais de 550 unidades espalhadas por todo o país, com atividades integradas de ensino, pesquisa e extensão, acordos de cooperação nacionais e internacionais, fomentando a inovação, a tecnologia, o empreendedorismo e, principalmente, os desenvolvimentos regionais locais.

O IFSul-Riograndense tem se destacado nesta rede, com 14 campi espalhados pelo interior do Rio Grande do Sul e, dentre estes, o campus Sapucaia do Sul, segundo a ser erguido e que, no dia 27 de fevereiro, comemorou seus 20 anos de fundação.

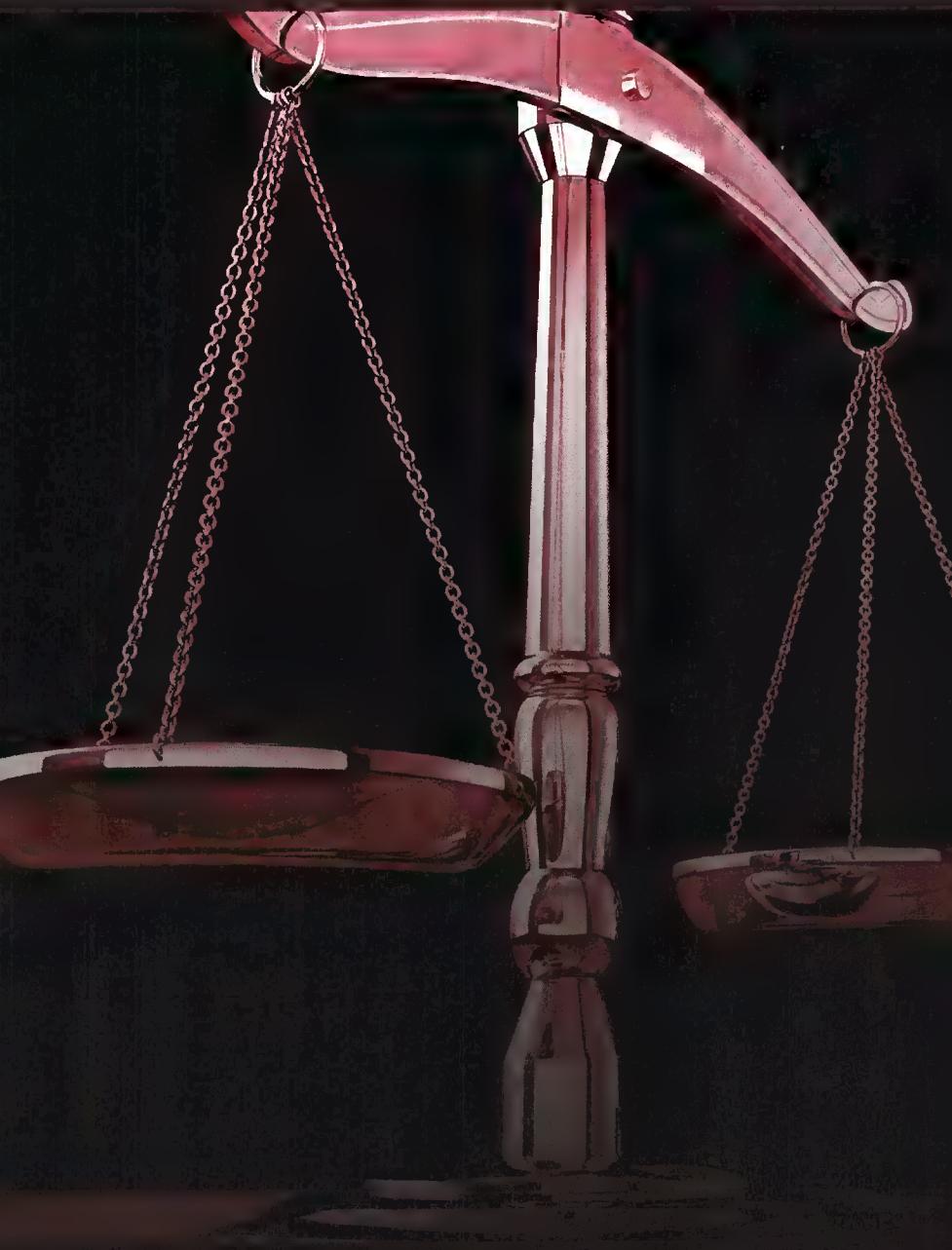
O Campus de Sapucaia do Sul oferece os seguintes cursos técnicos: Administração (na modalidade EJA),

Plásticos, Informática e Eventos. No ensino superior, oferece o Curso de Engenharia Mecânica. Nossa campus possui em torno de 1.500 alunos, 91 professores, 51 técnico-administrativos, além de funcionários terceirizados atendendo manutenção, limpeza e segurança.

Aproveitamos a oportunidade para agradecer ao professor Clayton Bau, da UFRGS, que fez o primeiro contato junto à diretoria da ADUFRGS para que fizéssemos a primeira reunião ADUFRGS-IF Sul Campus Sapucaia do Sul ainda no ano de 2012 e também à sua Diretoria, professora Maria Luiza Ambros von Holleben, professor Lúcio Olímpio Vieira e professor Eduardo Rolim Oliveira, que muito bem nos acolheu e que, agora, transforma em realidade nossa filiação à ADUFRGS!

Gostaríamos, por fim, de registrar os nomes dos professores pioneiros do Campus Sapucaia do Sul, filiados à ADUFRGS no ato de alteração do Estatuto do Sindicato: professor Adriano Fiad Farias, professor Agnaldo Martins Rodrigues, professora Carla Giane Fonseca do Amaral, professor Carlos Alexandre Wurzel, professora Carmen Yara Walter Calcagno, professor César Pedrini Neto, professora Dalila Cisco Collatto, professor Enio Cesar Machado Fagundes, professor Fernando Mousquer, professora Janaína Pacheco Jaeger, professor Leonardo Renner Koppe, professor Mack Leo Pedroso, professora Maria Helena Campos de Bairros, professor Mauro César Rabuski Garcia, professora Natália Winkler, professor Newton Luis Garcia Carneiro, professora Patrícia Pinto Wolffentuttel, professor Pedro Carlos Hernandez Júnior, professora Suzana Trevisan e professora Vera Haas. Muito obrigado! ■

Professores não precisam devolver valores da URP até o julgamento do caso



Os professores contratados antes de 1989, que receberam o benefício da Unidade de Referência de Preços (URP), entre 2009 e 2014, não precisarão devolver valores à universidade até o julgamento definitivo do caso. A URP foi um mecanismo de correção salarial criado pelo Plano Bresser (1987) para repor perdas inflacionárias. Em 1989 o Plano Verão extinguiu a URP, gerando perdas salariais. Para repô-las, os trabalhadores e sindicatos ingressaram com ações judiciais, obtendo vitórias significativas. Posteriormente, uma decisão do Tribunal Superior Federal (STF) considerou que o plano era constitucional, medida que destituiu o direito que havia sido adquirido. Com base nesta decisão do Supremo, órgãos públicos promoveram o corte do benefício de vários servidores. Com base nisso, a Advocacia Geral da União ordenou que as Universidades descontassem os valores pagos dos salários dos servidores. Em defesa, dos professores, o Departamento

Jurídico da Adufrgs contestou na Justiça a orientação da AGU.

O advogado da Adufrgs-Sindical, Francis Bordas, acredita que a decisão ajuda a “serenar um pouco os ânimos”, mas adverte que “ainda não é uma sentença definitiva”. Ele lembra que logo após a suspensão do benefício, em 2009, o sindicato entrou com uma medida judicial e obteve liminar favorável à manutenção da rubrica na folha. A situação perdurou de 2009 até 2014. Em 2014, o processo foi julgado, dando ganho parcial aos professores. A sentença dizia que “os aumentos que a categoria teve desde 1989 já absorviam com sobra a URP”. Desse modo, o benefício deixou de ser pago e a Universidade pediu a devolução de valores. Na Justiça, a Adufrgs conseguiu impedir que a medida prosperasse. “A luta para reinclusão da URP na folha de pagamento vai continuar. Cientes, todos, de que é uma luta árdua”, pondera o advogado. “O número de categorias que ainda têm decisões judiciais da década de 80 na folha de pagamento é cada vez menor, mas temos um dever político de reivindicar”, defende.

Tinham direito a receber a URP, os professores celetistas até 1990, quando foi implementado o regime jurídico único, e que tenham ingressado na Universidade até fevereiro de 1989. Cerca de três mil servidores estão nessa situação.

Jurídico recomenda que professores busquem em juízo atrasados de RSC

Com relação ao pagamento dos atrasados do benefício do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), o advogado da Adufrgs afirma que os professores devem pleitear em juízo esses valores. Segundo Francis Bordas, a Universidade não nega que existe o crédito, mas não paga. “Sempre foi assim desde o início dos anos 90. Se o interessado não vai atrás desse dinheiro, ele não vem”, diz. Bordas informa que existem professores que, via judicial, já receberam os atrasados, com juros e correção monetária.

O RSC é pago aos professores EBTT, como forma de reconhecer os conhecimentos e habilidades desenvolvidos pelos docentes a partir da experiência individual e profissional, bem como no exercício das

atividades realizadas no âmbito acadêmico. A lei 12.772/2012, que entrou em vigor em março de 2013, levou mais de um ano para ser regulamentada nas universidades. Essa demora gerou um passivo atrasado. “Esses atrasados são justamente os valores de retribuição de titulação que esses professores deveriam ter recebido desde o início do efeito financeiro da lei, que é março de 2013, até a data em que foi posto na folha de pagamento”, explica. Os professores que tiverem interesse para receber esse valor em juízo podem entrar em contato com a Assessoria Jurídica da Adufrgs, através do e-mail bordas@bordas.adv.com.br. “Entrar em juízo não é certeza de obter vitória. Não entrar em juízo é uma certeza de derrota”, conclui Bordas.



Bordas: não entrar em juízo é certeza de derrota.

Ufrgs oferece curso de cultivo de plantas frutíferas em pequenos espaços

Inédita na Faculdade de Agronomia, oficina leva à comunidade o know how de um doutorando, através de parceria com docentes da Universidade.

por Adriana Lampert

Fotos: Júlio Giuliani (arquivo pessoal)



Resultado de uma parceria inédita entre docentes do Departamento de Horticultura e Silvicultura da Faculdade de Agronomia com um doutorando da área de Fruticultura, o curso de Mini-hortos em Pequenos Espaços oferecido recentemente pela Ufrgs já tem demanda para uma segunda edição. Aberta à comunidade, a primeira oficina foi um sucesso. Com foco em plantas frutíferas e destinada a leigos, a imersão no assunto ocorreu de forma intensiva (oito horas) no último dia 2 de abril, contando com 53 participantes dos mais variados perfis: desde aposentados e donas de casa até intercambistas e alunos da própria Faculdade.

Na ocasião, foram repassadas informações teóricas sobre luminosidade, substratos e irrigação, além uma aula prática de como montar vasos a partir de reciclagem. De acordo com a previsão do chefe do Departamento de Horticultura e Silvicultura da Faculdade, professor Paulo Vitor Dutra de Souza, apesar da demanda, a segunda edição do curso deve ocorrer apenas em 2017. O docente é orientador do doutorando do Programa de Pós-graduação em Fitotecnia, Julio Cesar Giuliani, que, desde 2010, ministra cursos de cultivo de hortas e canteiros de plantas medicinais

ou ornamentais em pequenos espaços em floriculturas da Capital e Região Metropolitana do Estado.

Procurado por Giuliani para promover o curso na Universidade, Souza não somente aprovou a ideia como também participou da empreitada, e convidou a colega de Departamento, professora Tatiana Duarte (especialista em hortaliças) para colaborar com palestras. Segundo Giuliani, esta foi uma das raras vezes em que um aluno protagonizou uma oficina na Ufrgs. “É bem diferente de plantar no solo”, justifica Souza, que foi um dos palestrantes da parte teórica do curso, direcionado à criação de pomar de frutíferas em vasos.

“No caso de hortas verticais, é muito importante usar o substrato, que leva restos de materiais que passam por processo de compostagem, como cascas de pinho, acácia e arroz carbonizado.” O professor destaca que jamais se deve usar terra em mini-hortos, porque a água não penetra e a planta fica sem água e oxigênio, e acaba não sobrevivendo. “Além disso, retirar a terra direto do solo seria degradar o meio ambiente”, adverte. O docente destaca que para não haver frustrações é preciso alguma técnica e dedicação no



cultivo em pequenos espaços. "Nem sempre a escolha da espécie é adequada, e é muito comum que leigos comentam erros na hora de irrigar ou de escolher o substrato a ser utilizado."

Antes de decidir quais as espécies se pretende ter em apartamento, por exemplo, é importante observar a incidência de sol no local, conferir se o ambiente é arejado, mas sem vento excessivo, e atentar para a forma de irrigar, podar e adubar. "O cultivo de frutíferas em vasos sempre foi uma dúvida minha, por se tratar de espécies arbóreas", comenta a estudante do 9º semestre de Agronomia na Ufrgs, Débora Elisabeth Barbosa Medeiros. "O manejo do cultivo de hortaliças e frutíferas em vaso não é abordado na Faculdade, e sempre me interessei em aprender como lidar com o crescimento das raízes." No curso, Débora pode aprender, de forma teórica e prática, que isso se resolve com a poda das raízes, no momento da troca de vaso ou de substrato.

A poda de frutífera em vaso é muito importante, não somente a raiz, mas também a poda aérea, explica Giuliani. "O manejando com poda serve para manter a planta mais baixa, e para fortificar e dar fruto." Dependendo da espécie da frutífera, a frequência da poda é distinta, avverte o especialista. Para limpeza das plantas, a poda pode ser feita em qualquer época do ano. Para frutificar, o período mais indicado é no inverno e, para manter a planta baixa, o recomendado é podar durante o verão. Giuliani destaca que não é todo tipo de planta frutífera que pode ser cultivada em vaso. "As mais fáceis são os citrus (laranja, bergamota e limão), laranjinha da Índia, jabuticabeira, pitangueira, goiabeira, mirtilo e pessegueiro, entre outras."

Hortas verticais são tendência em residências das grandes cidades

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), mais de 80% da população do Brasil tem déficit de consumo de frutas e hortaliças. A média são apenas 132 gramas por pessoa/dia, enquanto o consumo recomendado é de 400 g/dia. "Neste sentido, ter uma horta, mesmo em pequenos espaços, pode ser importante para o estímulo e a educação alimentar da família", considera o engenheiro agrônomo Jorge Luiz Gomes. Assistente Técnico Estadual em Olericultura na Emater-RS, o especialista afirma que hoje esta é uma tendência nas grandes cidades.

O doutorando do Programa de Pós-graduação em Fitotecnia, Julio Cesar Giuliani, diz que em pequenos espaços podem ser utilizados quaisquer tipos de vasos para frutíferas. "Mas é fundamental que haja furos de drenagem e uma camada de brita, pedra ou cascalho no fundo do vaso". Ele explica que sem esta camada preventiva o substrato acaba entupindo os buracos do vaso, o que impede a drenagem da água. "Neste caso a raiz apodrece e a planta morre."

Já o técnico da Emater observa que, no caso de hortaliças, o recomendado é que plantas de



raízes profundas (como a cenoura, o nabo ou os temperos de maior porte, como o tomate, o alecrim e o manjericão), sejam plantadas em recipientes com profundidade de, pelo menos, 30 cm. Os vasos, por sua vez, podem ser adequados ao ambiente nos quais serão colocados, permitindo uma decoração personalizada ou possibilitando a reciclagem de materiais disponíveis, como garrafas PET e pneus. "O fundamental é que o material seja inerte e permita uma boa drenagem, sabendo-se que, quanto mais alto for o vaso e menor a sua base, menor será a retenção de água, exigindo irrigação mais frequente."

Escolher substrato de acordo com o vaso é outro cuidado importante, segundo o chefe do Departamento de Horticultura e Silvicultura

da Faculdade de Agronomia da Ufrgs, professor Paulo Vitor Dutra de Souza. "É preciso atentar para a quantidade de água que será depositada na hora da irrigação, que não pode ser em excesso, nem faltar." Gomes recomenda, em geral, pequenas quantidades de água no outono e no inverno, em um intervalo de

três a quatro dias, e doses diárias no verão.

Fato é que plantar alface, rúcula, morango e jabuticaba – entre outras frutas, verduras e hortaliças – em apartamentos ou pequenas áreas exige técnicas que a maioria das pessoas desconhece.

Apixonada por hortas, saladas e folhagens em vasos, "e tudo que envolva agricultura doméstica", a aposentada Helena Hauschild conta que já havia feito vários cursos oferecidos pela Faculdade de



Agronomia. Mas ao participar da oficina de Mini-hortos em Pequenos Espaços se surpreendeu com a informação de que não se usa terra em recipientes. "Eu não sabia o que era o substrato, e isso vai fazer toda a diferença nas minhas empreitadas daqui para frente", declara.

"A ideia do curso surgiu não somente para ensinar quais tipos de temperos, hortaliças e frutíferas podem ser plantados em vasos, e os cuidados com a irrigação e o uso do substrato, mas também como evitar pragas e doenças", ressalta Giuliani. Pulgões e cochonilhas são dois insetos que sugam a seiva das plantas, por exemplo. De acordo com o doutorando, um dos controles para estas pragas seria a aplicação de óleo mineral. "Mas no caso de plantas de ciclo curto, como temperos e hortaliças, se o ataque for muito

significativo, o mais adequado é comprar outra muda", aconselha.

Outra dica é limpar as plantas, "escovando-as" com esponjas ou mesmo com as próprias mãos, ou jogando jatos de água, ensina Giuliani, que além de ministrar cursos de jardinagem, propagação e poda de plantas, também leciona sobre paisagismo e plantas medicinais no curso de Tecnologia em Horticultura do Instituto Federal (IFRS) de Bento Gonçalves.

Vasos podem ser feitos a partir da reciclagem de materiais

A aposentada Helena Hauschild bem que tentou, mas nunca tinha conseguido plantar nada em bombonas de água, que podem virar vasos. "Sempre achei interessante, até para dar de presente, mas não





sabia como acomodar as mudas, desconhecia a técnica de fazer buracos para ajudar na irrigação.”

O professor Paulo Vitor Dutra de Souza destaca que, além dos garrafões PET de água (de 5 litros e 20 litros), também lustres antigos, pneus e canos de pvc podem virar vasos para hortas verticais. “O cuidado principal na construção do vaso é fazer furos para manter uma boa drenagem. Depois, se coloca brita de tamanho médio, para que o substrato que vai por cima não se perca.” Outra dica importante é cuidar para não comprar muda com a raiz morta (escura). “O ideal é que a raiz esteja bem branca, aí significa que está sadia.” Com uma bombona de água é possível criar um espiral de ervas, onde se cultiva temperos, como orégano, manjerona, salsinha e hortelã. “Basta cortar em quatro pedaços, e ir prendendo as tiras com distâncias diferentes, para dar espaço para as mudas crescerem”, explica Souza.

O docente destaca que a Faculdade de Agronomia também oferece curso de Hortas Domésticas para Pequenos Espaços (em jardins) e curso de Cultivo de Plantas Medicinais. De 13 a 15 de julho, das 8h às 17h30min, ocorre o curso de Fruticultura em Pomar Doméstico, que ensina como escolher a melhor muda e área adequada, adubação e poda, principais pragas e doenças, época de colheita das frutas e espécies que podem ser plantadas. “Maçã precisa de frio, mamão não tolera geada. São informações importantes para não haver frustração”, exemplifica.

O assistente técnico da Emater-RS, Jorge Luiz Gomes, lembra que as hortaliças são alimentos essenciais e importante fonte energética de vitaminas, de minerais, assim como de fibras, antioxidantes e elementos funcionais necessários para a manutenção da saúde. “Em espaços exíguos e bem iluminados, pode ser dada prioridade às plantas de porte pequeno e ciclo curto, tais como a rúcula e o rabanete, ou às de corte como o radicchio, a salsa e a cebolinha”, recomenda. Para o plantio, pode ser feita a semeadura no local definitivo ou em sementeira, para transplantio. “Importante é considerar que a semeadura aumenta em aproximadamente um mês o ciclo da hortaliça, até o início da colheita, fato que, muitas vezes, torna mais prática a compra de mudas prontas para o plantio”, destaca. ■



Pesquisa transforma resíduos do açaí em farinha e carvão ativado para filtragem de água

por Araldo Neto

Foto: Gabriela Morel



Uma pesquisa inovadora promete beneficiar o trabalho dos pequenos agricultores do litoral norte gaúcho, econômica e ecologicamente. Desenvolvida pelo IFRS Campus Osório, o trabalho consiste no aproveitamento integral do açaí, fruto produzido pela Palmeira Juçara (*Euterpe Edulis Martius*). No beneficiamento, o açaí gera 81% de resíduo que poluem o solo e a água, além de emitir na atmosfera gases de efeito estufa. Graças ao estudo inédito, estes resíduos, agora, estão virando farinha para a panificação e carvão ativado para a filtragem da água consumida na zona rural da região litorânea. O sucesso do trabalho de pesquisa garantiu diversas premiações em Feira de Ciências, inclusive nos Estados Unidos.

Orientadora do projeto, a professora Flávia Twardowski conta que a instituição foi chamada no intuito de auxiliar os agricultores da região a qualificar a produção e a venda de açaí. "Eles precisavam padronizar a poupa e saber se ela era livre de microorganismos. Se estava apta para o consumo", explica. A partir daí, o trabalho começou a ganhar novos contornos nas mãos dos estudantes Maria Eduarda Santos de Almeida, 17 anos, e João Vitor Kingeski Ferri, 18 anos, ambos do curso técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio. Além de auxiliar os produtores a legalizar a venda de geléias e sucos de açaí, iniciativa que até rendeu rótulos para os produtos, os jovens foram atrás de ideias para fazer o aproveitamento dos resíduos que eram descartados na natureza. Segundo João Vitor, a

Gabriela Morel / IFRS Campus Osório



Flávia Twardowski

primeira experiência foi transformar a casca do açaí em farinha: "descobriu-se que a farinha resultante da casca é rica em fibras e com alto teor de proteínas, e pode ser utilizada como complemento em produtos de panificação".

O próximo passo era achar um aproveitamento para o caroço do açaí. A solução foi transformar o caroço, responsável por 95% do resíduo, em carvão ativado, material de carbono usado na filtragem da água dos poços que abastecem as casas dos agricultores. "Foi constatado que, na nossa região, a água é muito turva, com índices de ferro e manganês que fazem mal a saúde. Com o carvão ativado conseguimos filtrar a água consumida pelos agricultores", explica a professora Flávia. Além de evitar o impacto ambiental da produção do fruto da palmeira juçara,

o novo sistema de filtragem representa uma economia de até 85%, se comparado com produtos similares encontrados no mercado. Para Twardowski, esse trabalho atende o que é atribuição dos institutos federais, que é desenvolver a pesquisa e a extensão, visando estimular o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, e estender seus benefícios à comunidade. "Foi exatamente o que fizemos", relata. Agora, o próximo passo do projeto é ensinar as técnicas aos agricultores, para que todos possam replicá-las em suas propriedades.





João Vítor e Maria Eduarda

Divulgação/FEBRACE



Divulgação/FEBRACE



Pesquisa garante prêmios no Brasil e nos Estados Unidos

A pesquisa desenvolvida no Campus Osório ganhou visibilidade em algumas das principais feiras científicas do mundo. Em maio, o projeto conquistou a medalha de bronze, na categoria Engenharia, na I-Sweeep, realizada no Texas, nos Estados Unidos. A Feira é referência mundial em sustentabilidade voltada para questões relacionadas à energia, engenharia e meio ambiente. A pesquisa da Maria Eduarda, do João Vítor e da professora Flávia também foi destaque na Intel Isef, considerada a maior feira de ciências e engenharia pré-universitária do mundo, realizada em Phoenix, capital do Arizona (EUA).

O trabalho foi eleito um dos três melhores das Américas em Inovação Social, premiação concedida pela Organização dos Estados Americanos (OEA) por ser um "projeto de alto impacto em tecnologia e engenharia e ter grande contribuição para a redução da desigualdade e da pobreza da sua região". A pesquisa obteve, ainda, o 4º lugar na categoria Engenharia Ambiental. No Brasil, o trabalho já havia sido premiado na 14ª Feira Brasileira de Ciências e Engenharia (Febrace), com o 1º lugar na categoria Ciências Exatas e da Terra, e também com o prêmio Destaque nas Unidades da Federação, por ser considerado o melhor projeto do Rio Grande do Sul. Paralelamente, recebeu da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) a Menção Honrosa de Ciência e Tecnologia. Os dois jovens, autores da pesquisa, pretendem seguir uma carreira profissional voltada à pesquisa. Maria Eduarda, filha de agricultores do interior de Maquiné, diz que é fantástico poder contribuir para o desenvolvimento da região em que vive. Ela pensa em estudar agronomia ou engenharia, mas de uma coisa ela tem certeza: "eu quero continuar produzindo conhecimento para minha região". ■

Homenagem Póstuma

IFCH presta homenagem póstuma a docentes inovadores no ensino das ciências sociais

por Maricélia Pinheiro





A sala Pantheon do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH/UFRGS) ficou pequena para todos que vieram homenagear os professores João Guilherme Corrêa de Souza e José Fraga Fachel, ambos falecidos no início deste ano. A cerimônia organizada pela direção do IFCH/Ufrgs, reuniu parentes, amigos, colegas e ex-alunos. Representando a ADUFRGS-Sindical, estavam presentes os diretores Marilda Fernandes (2^a vice-presidente) e Vanderlei Carraro (1^o tesoureiro).

Considerados pioneiros em uma nova fase do ensino de ciências sociais no Rio Grande do Sul, eles ousaram em um contexto político conturbado, indicando leituras proibidas no período do regime militar e substituindo os tradicionais “cadernos de anotações” por artigos, textos e livros originais. Também abriram caminho para um pensamento reflexivo e mais autônomo, que influenciou, decisivamente, na formação de gerações de cientistas sociais que, posteriormente, construíram a excelência dos Programas de Pós-Graduação na UFRGS e em outras instituições.

Depois de agradecer a presença de diretores de unidades, familiares, amigos e colegas dos homenageados, a diretora do IFCH, Soraya Vargas Cortes, passou a palavra à professora Lorena Holzmann, aposentada do IFCH, que apresentou uma breve biografia dos homenageados, elaboradas por ela.

Depois da exposição da professora Lorena, a cerimônia seguiu com depoimentos de ex-alunos, colegas, filhos, sobrinhos e netos dos homenageados.

A ADUFRGS-Sindical se soma à homenagem aos professores João Guilherme Corrêa de Souza e José Fraga Fachel, pelo importante papel desempenhado na vida universitária brasileira, destacando a visão social e sindical do professor Fachel em tempos de ditadura, na construção da democracia e do movimento docente.

A grande imprensa e a desestabilização da política: ontem e hoje

Charles Sidarta Machado Domingos

Doutor em História - Professor do
IFSUL Campus Charqueadas

“A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente”.

Marc Bloch



No final do período da Guerra Fria, conhecido como “confrontação” (1945-1962), o Brasil se colocava como um importante e respeitado ator na arena internacional em razão da Política Externa Independente implementada no curto governo de Jânio Quadros (31/1 a 25/8/1961). Contudo, internamente, essa nova e revolucionária orientação de política externa despertou acirradas disputas políticas naquele tempo em que os ventos da Revolução Cubana sopravam com muita intensidade sobre o subcontinente latino-americano, principalmente em razão das condecorações ao cosmonauta soviético Yuri Gagárin

e ao revolucionário Ernesto “Che” Guevara.

Com a crise da renúncia de Jânio Quadros houve um período de instabilidade política intensa. Os ministros militares não aceitavam a posse do legítimo sucessor de Quadros - o vice-presidente João Goulart – em razão de seu passado e de seu projeto político. Após o sucesso da Campanha da Legalidade, o vice-presidente da República assumiu o cargo a que tinha direito, porém dentro de um novo sistema político: o parlamentarismo.

O parlamentarismo, pela primeira vez na História da República do Brasil, e única até os dias de

hoje, foi o regime político “de ocasião”, no qual João Goulart tomou posse na Presidência do País, perdurando por pouco mais de um ano. No ato de sua posse, em sete de setembro de 1961, Goulart, em seu pronunciamento, disse ser seu desejo e sua intenção garantir a Paz, a Democracia e a Soberania. Note-se que estas três palavras eram emblemáticas para o período e para a consecução de seu governo. Paz, nesse momento, sintetiza a união de esforços para acabar com o exaltado clima político de confronto. Lutar pela Democracia era sinônimo de luta pela manutenção dos direitos da Constituição, o que significava contra-

riar o interesse dos golpistas, numa leitura mais atenta, ou ao menos garantir o respeito às escolhas da maioria, que eram pela sua posse. E, finalmente, falar em Soberania, nesse período de Guerra Fria, era se colocar como livre de influências demasiadas tanto da União Soviética quanto dos Estados Unidos, o que, nessa data em particular, era relembrar o sentimento de independência do Brasil como fator articulador e propulsor do seu governo; o que demonstrava sua disposição em manter, sistematizar e aprofundar a Política Externa Independente.

O primeiro ato de relevo do novo governo, em sua política externa, foi o restabelecimento das relações diplomáticas com a União Soviética. Essa medida foi extremamente polêmica. Trouxe à tona muito da tensão política que se pretendia refrear, pois foi tomada em 23 de novembro de 1961, pouco mais de dois meses após a conturbada posse do novo governo. Imediatamente, os que se opunham ao reatamento das relações diplomáticas com a URSS se fizeram ouvir. Da mesma maneira, os setores políticos que apoiavam a medida também se manifestaram.

A sociedade estava cindida – tal como hoje. E tal como hoje a opinião pública sofria forte influência da grande mídia.

Tudo contribuindo para evidenciar as disputas políticas daquele período histórico que tem tantos paralelos com os tempos de hoje.

No início dos anos 60, o Brasil era um país dividido, assim como o mundo! A nossa Guerra Fria, no entanto, era quente; enquanto a geopolítica internacional estava organizada no conflito entre duas formações sociais antagônicas (capitalismo e socialismo) a vida política no Brasil tinha como divisor de águas o nacionalismo de corte reformista do PTB de Jango e Brizola. A sociedade estava cindida – tal como hoje. E tal como hoje a opinião pública sofria forte influência da grande mídia, naquela época conhecida como

grande imprensa. Grande imprensa que, aliás, tinha como objetivo central desestabilizar o governo legitimamente eleito, o que começou a fazer a partir do restabelecimento das relações diplomáticas com a URSS.

Na edição do dia 24 de novembro, o principal jornal do Rio Grande do Sul à época trazia a seguinte manchete, em letras garrafais: **BRASIL E RÚSSIA REATARAM RELAÇÕES**. Evidentemente, isso se explica pelo caráter de importância que o assunto detinha para a época. A edição desse dia dedicava especial atenção para o assunto. Trazia argumentos como os do primeiro-ministro Tancredo Neves, que dividia a responsabilidade com o governo anterior e apontava no sentido do que vinha sendo apregoado pelo ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas, quer seja, que o Brasil era um país independente, porém vinculado à tradição ocidental, que preza pela democracia e pelo cristianismo. Já os argumentos contrários tinham maior visibilidade: como o temor à penetração das idéias comunistas, a relação com a Intentona Comunista, ou mesmo a intenção do



governo em separar o Brasil dos EUA (fruto do comunismo e de um falso nacionalismo), especialmente através dos registros das palavras do arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, do deputado estadual Afonso Anschau e do senador Guido Mondin, ambos do PRP, partido herdeiro do Integralismo.

Não obstante os diferentes posicionamentos em relação ao restabelecimento das relações diplomáticas, com seus distintos graus de intensidade e de representatividade, duas situações são muito expressivas para entendermos melhor o tipo de intervenção política realizada pela grande imprensa: primeiro, a posição do ex-presidente Eurico Gaspar Dutra, responsável pelo rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a URSS, em 1947. Destacada editorialmente na contracapa, a opinião do ex-presidente consistia no fato dele não opinar. Esse silêncio é significativo. Qual a razão de dar espaço para a opinião de alguém que não declara a sua opinião? Certamente, a intenção é valorizar a imagem do rompimento de uma forma positiva – pois vinha impedindo, de acordo com os opositores ao reatamento, a penetração das ideias comunistas em maior grau no País (além, é claro, de vincular sua posição a uma postura do Exército).

Depois, é preciso estar atento que para o conjunto de nove personalidades entrevistadas, nenhuma delas pertencia ao PTB. Duas posições são identificadas com a Igreja Católica (Dom Jaime e Gustavo

A Guerra Fria acabou, mas as práticas de desestabilização política continuam presentes na grande imprensa. Para sanar as dúvidas, basta ligar a televisão.

Corção), três que podem ser identificadas com o Exército (Eurico Gaspar Dutra, Osvino Alves e Henrique Teixeira Lott), quatro identificadas com o PSD (Lopo Coelho, Eurico Gaspar Dutra, Henrique Teixeira Lott e JK) e duas com a UDN (Magalhães Pinto e Abreu Sodré). Qual a razão do periódico não dar voz a essa agremiação política – o PTB –, que detinha as maiores bancadas na Assembleia Legislativa gaúcha e na Câmara dos Deputados? Há maneira mais evidente de demonstrar sua antipatia pela medida, que é associada em muitas ocasiões a João Goulart e San Tiago Dantas, duas das figuras mais reconhecidas dos trabalhistas brasileiros?

No dia 28 de novembro, havia um artigo de autoria de Dámaso Rocha, antigo colaborador do jornal – seus vínculos tinham origens ainda na década de 1930. Sob o título de “O Reatamento”, fazia veemente crítica ao restabelecimento de relações diplomáticas com a URSS, bem como à Política Externa Independente. Em razão dos tempos que o País vivia,

considerados por Rocha como um surto pré-revolucionário, era necessária extrema cautela por parte dos governantes – o que não vinha ocorrendo, em sua opinião. Não poupar críticas ao governador Brizola nem ao ministro San Tiago Dantas. Porém, seu verdadeiro alvo era o presidente Goulart, aquele “falso populista”. Mais uma vez, a grande imprensa simulava não emitir sua opinião. Procurava manter a sua aura de imparcialidade. Porém, mais uma vez, falava pela boca de outros. Como também o fizera ao dar voz em número e intensidade muito superior aos que se opunham ao reatamento das relações diplomáticas com a URSS.

A Guerra Fria acabou, mas as práticas de desestabilização política continuam presentes na grande imprensa. Para sanar as dúvidas, basta ligar a televisão.





É hora de se aposentar?

Reflexões e alertas para auxiliar a tomada de decisão

Francis Campos Bordas¹

Introdução

A pergunta que dá título a este texto é muito ouvida sempre que se fala em "alterações na previdência", notadamente dos servidores públicos. Em geral, estes boatos ou anúncios vêm acompanhados de um discurso de racionalização, otimização de gastos, enfim, uma suposta preocupação com o orçamento público.

Não pretendemos aqui abordar ou interpretar este discurso moralizador ou sequer a forma como é gasto o dinheiro público, embora este debate seja necessário e sempre presente para desmontar as "reais intenções" por trás da retórica que inunda os meios de comunicação.

O que nos interessa, aqui, é tentar aplacar o desconhecimento em torno de direitos, riscos e consequências de decisões sobre o momento de se aposentar, especialmente por parte de servidores que preservaram a possibilidade de aposentadoria com proventos integrais, equivalentes à última remuneração (espécie em extinção, diga-se de passagem). Muitos servidores chegam aos sindicatos e advogados na esperança de ouvir uma orientação taxativa, preferencialmente convergente com o seu desejo pessoal, seja de se aposentar, seja de seguir em atividade.

O fato é que a tomada de decisão em se aposentar não é tarefa fácil, menos ainda para o profissional consultado a dar sua opinião. Neste caso, ao invés de nada dizer ou opinar, o melhor é orientar sobre riscos, vantagens e desvantagens. Como não se sabe ainda o que se pretende realmente alterar nas regras de previdência, a orientação não pode se pautar sobre o cenário futuro. Porém, a história nos traz exemplos que nos permitem avaliar o que já se passou, pois, é sabido, esta não é a primeira nem será a última alteração nas regras de aposentadoria. E mais, os discursos e visões sobre Estado (mínimo ou não), carreira típica de estado, limites de gastos, etc, não mudam, já que os agentes políticos seguem os mesmos.

Passado, presente e futuro

No passado recente, passamos por cinco emendas constitucionais que alteraram – em maior ou menor escala – o sistema até então vigente. Em 1998, no Governo Fernando Henrique Cardoso, houve a primeira alteração pela Emenda Constitucional (EC) 20, a qual inaugurou no serviço público os requisitos de idade mínima, tempo mínimo de permanência no cargo, etc. Mas adiante, em 2003, já no Governo Lula, sobreveio a EC 41 que foi igualmente impactante, pois encerrou com a

regra de aposentadoria com vencimentos integrais equivalentes ao último vencimento, dentre outras mudanças. Em 2005, novamente, a Constituição foi alterada, agora pela EC 47, que atenuou alguns rigores excessivos da EC41, criando uma nova regra de transição em favor dos que já contavam com expressivo tempo de contribuição, mas não tinham a idade mínima. Em 2012, foi alterada pela EC 70 a regra da aposentadoria por invalidez, para quem havia ingressado antes da EC 41(2003)². Por derradeiro, em 2015 a EC 88 alterou a idade da aposentadoria compulsória.

Portanto, a prática de alterar regras não é de hoje, como também não é da noite para o dia que as mudanças ocorrem, pois, as alterações do texto constitucionais exigem uma tramitação diferenciada no Congresso, que permitem que se possa acompanhá-las e precatar-se.

Lembremos também que ainda persiste no imaginário de vários servidores que ele "tem direito a se aposentar pelas regras vigentes no dia em que tomou posse". Isto não é verdade, é um erro se pautar nesta premissa, pois é falsa. Todos os que não preencheram os requisitos para aposentadoria pelas regras hoje vigentes serão afetados pelas novas exigências e formas de cálculo de proventos. E os que já preencheram os requisitos, devem correr e se aposentar antes das mudanças?

Esta dúvida, por vezes dilema, enfrentada por servidores, já ocorreu no passado e nos permitem sintetizar nosso posicionamento com as seguintes afirmações:

[1] APOSENTADORIA NÃO É SINÔNIMO DE GARANTIA

[2] NÃO HÁ VACINA EFICAZ CONTRA A MALDADE

Não podemos perder de vista que todas as grandes alterações promovidas no passado – em especial as ECs 20 e 41 tinham um propósito bem claro: postergar a aposentadoria, pois elas acarretam um custo direto ao estado com pagamento dos proventos, como também com a reposição da mão-de-obra.

Em 1998, por conta da ameaça de alterações nas regras de aposentadoria, vários servidores se aposentaram antes do planejado, acreditando que estavam se blindando, se imunizando, contra o vírus da maldade. Nisso, vários se aposentaram de forma proporcional, outros se aposentaram antes de chegar a posições melhores na carreira, etc. O final dos anos 90 no serviço público se caracterizou não apenas pela alteração das regras de aposentadoria, mas também na implantação das chamadas "gratificações de desempenho", as quais, em geral, distinguiam ativos de inativos, fazendo com que os últimos recebessem menos. Assim, foi com a extinta GED (gratificação de estímulo à docência), GDATFA, GDPGPE, entre outras. No caso da GED por

¹ Advogado, sócio do escritório BORDAS ADVOGADOS ASSOCIADOS. Integra a assessoria jurídica de entidades de servidores federais tais como ADUFRGS Sindical, ANTEFFA, FASUBRA, SINDAGRI/RS, SINDIEDUTEC/PR.

² Curiosidade desta EC 70: veio para melhorar e não para restringir direitos.

exemplo, então paga aos docentes do ensino superior federal, aquele que fugiu das mudanças das regras de aposentadoria caiu na armadilha da gratificação, pois se tivesse permanecido trabalhando, ganharia mais. Outro exemplo foi com as carreiras que tiveram reestruturações que trouxeram sensíveis vantagens aos que nela permaneceram em atividade e prejuízos aos que se aposentaram³ antes disso. Os aposentados antes da EC 41/2003 foram depois atingidos pelos descontos para seguridade social imposto sobre os proventos, com o beneplácito do STF que, por maioria de seus ministros, não viu constitucionalidade alguma nisto. Ora, tivesse ele permanecido trabalhando, seria beneficiado pelo abono de permanência e receberia de volta o valor da contribuição previdenciária.

Enfim existem exemplos de que a aposentadoria não serviu como garantia eficaz de nada, ao revés, transformou-se numa opção prejudicial.

Portanto, o servidor que – temeroso com as mudanças de que se fala – optar por se aposentar agora deve estar ciente de que isto não significa que não terá prejuízos no futuro. Aliás, em várias categorias do funcionalismo federal, o ajuizamento de uma ação logo em seguida da aposentadoria vem se tornando uma praxe, sobretudo para aqueles cargos remunerados através de gratificações de desempenho.

Direito adquirido

Em geral, as alterações nas regras de aposentadoria trazem novos e mais difíceis requisitos para aposentadoria, além de diminuir o valor dos proventos pagos. Do sistema da integralidade de proventos vigentes até 2003, migramos para o sistema atual em que os proventos dos servidores são limitados ao teto do regime geral de previdência social (RGPS, vale dizer, INSS). Uma profunda alteração em menos de 10 anos.

Porém, todas as emendas constitucionais preservaram o direito adquirido à aplicação das regras cujos requisitos já houvessem sido preenchidos. Isto faz com que, por exemplo, um servidor que poderia ser aposentar em 1996 e optou por trabalhar até 2006, pudesse invocar as regras vigentes lá atrás. A EC 20/98 disse isso da seguinte forma: Art. 3º – É assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, a qualquer tempo, aos servidores públicos e aos segurados do regime geral de previdência social, bem como aos seus dependentes, que, até a data da publicação desta Emenda, tenham cumprido os requisitos para a obtenção destes benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente. A EC 41 trouxe garantia idêntica⁴.

Esta ideia de preservação de direito adquirido é compartilhada pelo Supremo Tribunal Federal através da Súmula 359 de 1963: Ressalvada a revisão prevista em lei, os proventos da inatividade regulam-se pela lei vigente ao tempo em que o militar, ou o servidor civil, reuniu os requisitos necessários.

Portanto, quem já pode se aposentar pelas regras que garantem a modalidade de aposentadoria desejada, poderá invocá-las mesmo que se aposente depois que novas regras tenham sido criadas – nesses casos, dizemos que há direito adquirido à aposentadoria em determinada modalidade.

Alertas

Já alertamos que a aposentadoria não pode ser compreendida como uma garantia, proteção ou seguro. Ainda assim, as aposentadorias são parte da rotina e do dia-a-dia, de forma que alguns alertas são oportunos, tanto para quem se aposenta, como também para o que decide permanecer em atividade.

1. Em primeiro lugar, é preciso mensurar o impacto que esta nova realidade de “aposentado” trará para o servidor, sua saúde, suas as relações familiares, etc. Algumas pessoas sonham com a aposentadoria, enquanto que, para outras, trata-se de um pesadelo. Não se deve menosprezar a relevância desta avaliação caso a caso.

2. Recordamos que a aposentadoria com proventos equivalentes ao último vencimento na ativa é prerrogativa de quem ingressou no serviço público antes de 2004. A partir daí os proventos são calculados por uma média, média esta que pode ser limitada ao teto do RGPS⁵ para os que ingressaram depois de fevereiro de 2013, quando implantada a FUNPRESP. Portanto, os servidores cujos proventos são pela média devem ficar atentos aos valores dos seus proventos, já que quanto mais tempo recolherem contribuições sobre vencimentos maiores, melhor será o provento. Ou seja, antecipando a aposentadoria, poderá limitar o aumento da média.

3. Já recebo abono. Fico tranquilo? Não necessariamente. Dizemos isso porque o abono de permanência (que corresponde à devolução do valor mensalmente descontado para seguridade social) é devido para quem atingir uma dentre as diversas modalidades de aposentadoria. Existem modalidades de aposentadoria que não geram proventos integrais, outras com proventos com redutores e outras que efetivamente preservam os rendimentos de aposentadoria equivalentes ao último vencimento como ativo. O fato de ganhar o abono por uma modalidade não significa que ele já tenha preenchido os requisitos de outra. O problema é quando o servidor acha que tem o direito adquirido a uma regra de aposentadoria – por já ganhar o abono – mas esta não é a realidade. Por isso, sugerimos que verifiquem se de fato já estão preenchidos os requisitos para a “melhor modalidade” de aposentadoria possível para o seu caso.

4. Vou gozar as licenças-prêmio enquanto espero ver o que acontece! Aqueles que adquiriram no passado direito a licenças-prêmio devem estar cientes das reais alternativas de usufruto deste direito. São três: [1] gozá-las, mantendo o salário de ativo; [2] usar como tempo de serviço e [3] cobrar judicialmente o pagamento equivalente em dinheiro (remuneração bruta sem desconto de imposto de renda e contribuição previdenciária), lembrando que vários sindicatos já obtiveram este direito em caráter coletivo, bastando que o servidor promova a execução de seus créditos. Do ponto de vista financeiro, é mais vantajosa a terceira hipótese.

5. Servidores que ainda recebem gratificações de desempenho (servidores das carreiras da saúde, previdência, quadro geral do Executivo, técnicos de fiscalização agropecuária, etc) devem redobrar a cautela, pois algumas destas gratificações se incorporam à aposentadoria após apuração de uma média. Logo, quanto antes se aposentar, mais cedo terá diminuição de seus ganhos.

Como visto, nossa preocupação com este texto é esclarecer o servidor e evitar que ele tome uma decisão de se aposentar – ou não – sem a devida ponderação e reflexão sobre as consequências disto. Recordamos, por derradeiro, que o assessoramento jurídico é sempre recomendável antes de se aposentar.

Porto Alegre, junho de 2016.

³ Também do ensino federal vem o exemplo: os professores que se aposentaram como adjunto foram excluídos da possibilidade de progredir para a classe de associado criada em 2006.

⁴ Art. 3º da EC41: É assegurada a concessão, a qualquer tempo, de aposentadoria aos servidores públicos, bem como pensão aos seus dependentes, que, até a data de publicação desta Emenda, tenham cumprido todos os requisitos para obtenção desses benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente.

⁵ RGPS = Regime Geral de Previdência Social (ou INSS).



Nova Sede da Adufrgs-Sindical

Rua Barão do Amazonas, 1581



2,3 mil metros quadrados de
área construída em quatro
pavimentos, estacionamento no
subsolo, espaço de convivência,
tecnologia para vídeo-
conferências e auditório para
130 pessoas.





ADUFRGS
sindical

Filiado ao PROIFES-Federação